

NEWSLETTER DE ABRIL DE 2022

Estimado Cliente,

1. Informamos a V. Exa. as principais alterações na legislação económico-financeiro e contabilístico-fiscal cabo-verdiana durante o mês de Abril de 2022:

Aprovação para adesão, a constituição e convenção da UAT, adotadas na cidade do Cabo em 1999 e revistas em Harare em 2014

A Resolução nº48/X/2022, publicada na I Série do Boletim Oficial nº34 de 1 de Abril 2022, aprova para adesão, a constituição e a convenção da União Africana das Telecomunicações, adotadas na cidade do Cabo em 1999 e revistas em Harare em 2014.

Aprovação do Programa Operacional do Turismo (POT)

A Resolução nº31/2022, publicada na II Série do Boletim Oficial "Suplementar" nº35 de 5 de Abril 2022, aprova o Programa Operacional do Turismo (POT).

Autorização da transferência de Verbas entre os Ministérios

A Resolução nº34/2022, publicada na I Série do Boletim Oficial nº36 de 6 de Abril 2022, autoriza a transferência de verbas no montante de 800.789.675\$00 entre os Ministérios.

Comunicação da relação de accionistas do Banco BAI Cabo Verde S.A

A Comunicação nº6/2022, publicada na II Série do Boletim Oficial nº53 de 6 de Abril 2022, comunica a relação de accionistas do Banco BAI Cabo Verde S.A.

Aprovação do Acordo Administrativo para a Aplicação da convenção sobre Segurança Social entre Cabo Verde e Portugal

O Decreto Legislativo nº07/2022, publicado na I Série do Boletim Oficial nº37 de 07-Abr-22, procede à aprovação do Acordo Administrativo para a Aplicação da convenção sobre Segurança Social entre Cabo Verde e Portugal, assinado na Praia no dia 20 de Setembro de 2018.

Aprovação do Plano Estratégico do Parque Tecnológico do ano de 2021 a 2030

A Resolução nº35/2022, publicado na I Série do Boletim Oficial nº37 de 07 de Abril de 2022, aprova o Plano Estratégico do Parque Tecnológico do ano de 2021 a 2030.

Aprovação da alteração do esquema de vacinação completa contra a Covid – 19, integrando uma dose adicional de reforço

A Resolução nº36/2022, publicada na I Série do Boletim Oficial nº37 de 07 de Abril de 2022, aprova a alteração do esquema de vacinação completa contra a Covid – 19, passando a integrar uma dose adicional de reforço, para além da segunda dose ou dose única.

Criação da Equipa Técnica para a elaboração do Inventário Nacional de Gases com Efeito de Estufa (GEE)

A Resolução nº37/2022, publicada na I Série do Boletim Oficial nº37 de 07 de Abril de 2022, cria a Equipa Técnica para a elaboração do Inventário Nacional de Gases com Efeito de Estufa (GEE).

Alteração ao Decreto-lei nº71/2020, de 17-Set que aprova o Estatuto do Pessoal da Inspeção-Geral Atividades Económicas

O Decreto – lei nº9/2022, publicado na I Série do Boletim Oficial nº38 de 8 de Abril de 2022, procede à segunda alteração ao Decreto – lei nº71/2020, de 17 de Setembro, que aprova o Estatuto do Pessoal da Inspeção Geral das Atividades Económicas.

Estabelecimento de medidas excepcionais para contrariar impactos económico-financeiros decorrentes do COVID-19

O Decreto – lei nº10/2022, publicado na I Série do Boletim Oficial nº38 de 8 de Abril de 2022, procede à sexta alteração ao Decreto – lei nº 38/2020, de 31 de Março, que estabelece medidas excepcionais de apoio e protecção de famílias, empresas, municípios, instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social, por força dos impactos económicos e financeiros da contratação da actividade económica decorrente da pandemia da doença COVID-19.

Autorização ao MIOTH a realizar despesas com vista financiamento e conclusão dos contratos de empreitada no âmbito do PRRA

A Resolução nº38/2022, publicada na II Série do Boletim Oficial "Suplementar" nº38 de 8-Abr-22, autoriza o Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação a realizar despesas no montante de 448.830.433\$56, com vista ao financiamento e conclusão dos contratos de empreitada assinados e em curso no âmbito do Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades (PRRA).

Autorização ao MIOTH a realizar despesas com a Adenda n.º1 ao contrato de empreitada para a execução do PEMPIP

A Resolução nº39/2022, publicada na II Série do Boletim Oficial "Suplementar" nº38 de 8 de Abril 2022, autoriza o Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação a realizar despesas com a Adenda n.º1 ao contrato de empreitada para a execução "TRAVAUX D'EXTENSION ET MODERNISATION DU PORT INGLÈS" no montante de 53.254.872\$00.

Transmissão dos bens imóveis da Fundação Cabo-verdiana da Solidariedade (FCS), para o Estado de Cabo Verde

O Extrato do despacho nº22/2022, publicado na II Série do Boletim Oficial nº56 de 12 de Abril de 2022, determina a transmissão dos bens imóveis da Fundação Cabo-verdiana da Solidariedade (FCS), para o Estado de Cabo Verde.

Atualização dos preços dos produtos petrolíferos do mês de abril de 2022

A Deliberação nº 9/CA/2022, publicada na II Série do Boletim Oficial nº56 de 12 de Abril de 2021, actualiza os preços dos produtos petrolíferos do mês de abril de 2022.

Atribuição à ERIS competência para regular e fiscalizar o preço de prestação de cuidados de saúde nos EPPCS.

O Decreto-lei nº11/2022, publicado na I Série do Boletim Oficial nº39 de 13-Abr-22, atribui à Entidade Reguladora Independente da Saúde (ERIS) competência para regular e fiscalizar o preço dos Estabelecimentos Privados de Prestação de Cuidados de Saúde (EPPCS).

Criação de Fundo Soberano de Garantia do Investimentos Privado (Cabo Verde Private Guarantee Fund Sovereign Wealth Fund)

Lei nº6/X/2022, publicado na I Série do Boletim Oficial nº40 de 14-Abr-22, procede à primeira alteração à Lei nº65/IX/2019, de 14-Ago que cria o Fundo Soberano de Garantia do Investimentos Privado (Cabo Verde Private Guarantee Fund Sovereign Wealth Fund), designado por Fundo.

Autorização das despesas do acordo entre EMPROFAC, Estado, Gabinete Assuntos Farmacêuticos e DGPOG do Min. Saúde

A Resolução nº42/2022, publicada na I Série do Boletim Oficial nº40 de 14 de Abril de 2022, autoriza a realização de despesas e aprova a minuta de acordo de regularização das dívidas do sector público entre o EMPROFAC, o Estado de Cabo Verde, representado pelo Ministério das Finanças, o Gabinete dos Assuntos Farmacêuticos e a Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde.

Constituição do GT e fixação do Roteiro da elaboração e aprovação do acordo de concertação Estratégica 2022 - 2026

O Extrato do Despacho nº22/2022, publicado na II Série do Boletim Oficial nº59 de 18 de Abril de 2022, procede a constituição do Grupo de Trabalho e fixação do Roteiro da elaboração e aprovação do acordo de concertação Estratégica 2022 – 2026.

Fixação requisitos do processamento de faturas e documentos fiscalmente relevantes a que se refere o Decreto-lei nº79/2020

O Extrato do Despacho nº43/2022, publicado na II Série do Boletim Oficial nº59 de 18-Abr-22, estabelece os requisitos a que deve obedecer o processamento das faturas e documentos fiscalmente relevantes a que se refere o nº 3 do art. 6º do Decreto-lei nº79/2020 de 12 de Novembro.

Incentivos ao Pagamento do IUP sobre Prédios no Municípios da Praia

A Deliberação nº2/2022, publicada na II Série do Boletim Oficial nº61 de 20 de Abril de 2022, estabelece o Incentivos ao Pagamento do IUP sobre Prédios no Municípios da Praia.

A CMPN avisa que torna público o Plano Detalhado da Frente Marítima do Porto Novo e os Termos de referência do mesmo

O Aviso nº2/2022, publicado na II Série do Boletim Oficial nº61 de 20-Abr-22, torna público a deliberação e a proposta do Plano Detalhado da Frente Marítima do Porto Novo e os TDR do mesmo, expostos no átrio dos Paços do concelho para consulta pública, a partir do dia 3-Mar-22.

2. Queira V. Exa. também anotar o fundamental das obrigações empresariais para o próximo mês de Maio de 2022, constantes do quadro seguinte:

ENTIDADE	DATA	DESCRIÇÃO
Repartição de Finanças do Concelho	01-15	Pagamento do IRPS retido na fonte referente ao mês anterior
INPS-Instituto Nacional de Previdência Social	01-15	Pagamento das Contribuições para o INPS referente mês anterior
Repartição de Finanças do Concelho	01-31	Entrega de declaração mensal Modelo 106 e pagamento do IVA-Regime normal
Repartição de Finanças do Concelho	01-Abr a 31-Mai	Entrega declaração anual rendimentos mod IB e anexos, autoliquidação e pagamento restante IRPC exº anterior
Instituto Nacional de Estatística	01-Abr a 31-Mai	Entrega das demonstrações financeiras referentes ao exercício anterior
Direcção Geral da Industria e Energia	01-31	Atualização do cadastro industrial (fichas FEI e FEPI) e entrega demonstrações financeiras do exercício anterior
Companhia de Seguros Garantia, SA ou IMPAR,SA	01-31	Pagamento do prémio do seguro SOAT e de outros prémios de seguro vencidos no mês

3. Alertamos V. Exa. para outras obrigações, de prazo variável, que poderá estar sujeito, conforme quadro seguinte:

ENTIDADE	DESCRIÇÃO
Câmara Municipal Taxa renovação alvará licença comercial retalhista Taxa de letreiros e de publicidade	Paga anualmente dependendo da data da licença inicial Paga anualmente, devendo informar-se junto da Câmara Municipal
Electra, Câmara Municipal ou Águas de Santiago Taxas de esgoto e de recolha de lixo	Paga anualmente, devendo informar-se junto Electra, Câmara Municipal ou Águas Santiago (AdS)
Câmara de Comércio Taxa de Renovação do alvará de licença de importação	Paga anualmente dependendo da data da licença inicial
Seguros nas entidades seguradoras Seguro de incêndio das instalações Seguro de equipamentos ou multirrisco profissional Seguro de viaturas Seguro de acidentes de trabalho facultativo Seguro de viagem Seguro de mercadorias em armazém Seguro de transporte de mercadoria Seguro escolar Seguro de responsabilidade civil profissional	Prazo de pagamento consoante o contrato Prazo de pagamento consoante o contrato Prazo de pagamento consoante o contrato Prazo de pagamento consoante o contrato Pago antes da viagem. Pode ser apólice aberta — fatura mensal conforme viagens realizadas Pago trimestral, semestral ou anualmente podendo ser flutuante e ajust. conf. stock médio anual Pago no momento da emissão da 1ª apólice Pago trimestral, semestral ou anualmente, consoante contrato Pago trimestral, semestral ou anualmente, consoante contrato
Associações profissionais-Câmaras, Associações e Ordens Quota de associado	Paga mensal, trimestral, semestral ou anualmente.
Senhorios e empresas de intermediação imobiliária Renda das instalações ocupadas	Paga adiantado, impreterivelmente até o dia 8 do mês corrente
CV Telecom, CV Multimédia, Electra ou AdS Telefone fixo, internet, água e eletricidade da rede pública	Pagos no prazo de um mês após a leitura do cons, i.e. entre 15-30 do mês seguinte



NEWSLETTER DA SOCIEDADE DE AUDITORES

4. Eventualmente, as informações transmitidas podem não ser exaustivas, pelo que aconselhamos V. Exa a recorrer aos Boletins Oficiais e às entidades competentes, para uma informação mais completa.

Apresentamos a V. Exa. os nossos melhores cumprimentos.

Praia, 18 de Maio de 2022

AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.